

Os Estados Unidos e a guerrilha

JOÃO ROBERTO MARTINS FILHO*

Naquele início de outubro de 1967, em Washington, quando a confirmação da morte de Guevara chegou ao Departamento de Estado, Walt Rostow — o protótipo do professor universitário travestido de assessor para a segurança nacional — reuniu seus auxiliares mais próximos para comemorar: “Senhores, tenho notícias muito importantes”. Esperou um instante e disse: “Os bolivianos executaram o Che”. E acrescentou um epitáfio de ódio: “Finalmente eles pegaram o filho da puta. O último dos guerrilheiros românticos”.¹

Em abril daquele ano, o mesmo Walt Rostow informou Lyndon Johnson que Guevara estava na Bolívia. No intervalo das preocupações maiores com os acontecimentos do Vietnã, o mesmo assessor acompanhara com o máximo interesse a evolução da caçada. Assim, seus informes ao presidente comprovaram a eficácia do treinamento *in loco* de um batalhão de *rangers* andinos por um esquadrão de vinte Boínas Verdes norte-americanos, assim como do emprego de armas norte-americanas e assessoria direta de agentes da CIA. Rostow sabia perfeitamente, portanto, que, o amigo americano fora tão responsável quanto “os bolivianos” pela execução de Che Guevara.²

Com efeito, um dos reflexos centrais da Revolução Cubana sobre as relações dos Estados Unidos com a América Latina foi o acentuado crescimento da ajuda militar aos países do Sul, e sua concentração nas funções antiguerrilha. Sete anos antes da morte de Guevara na Bolívia, incentivado pelo tom anticastrista da grande imprensa americana, John

* Professor do Departamento de Ciências Sociais, UFSCar.

1. Citado em David Halberstam, *The Best and the Brightest*. 20th edition, New York, Ballantine Books, 1992, p. 159-160.

2. Jorge C. Castañeda, *Che Guevara, a vida em vermelho*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 430-31.

Kennedy, então candidato democrata à presidência, fez do combate à revolução em Havana um dos temas candentes de sua campanha. Na véspera do quarto *round* do crucial debate na TV com o adversário Richard Nixon, os assessores de Kennedy divulgaram a famosa nota sobre Cuba: “Devemos buscar o fortalecimento das forças democráticas anticomunistas, com exceção dos partidários de Batista, tanto no exílio como na própria Cuba, que ofereçam eventual esperança para a derrubada de Castro”. O alvo da demagogia eleitoral era o governo Eisenhower: “Até aqui, esses combatentes pela liberdade não tiveram praticamente nenhum apoio de nosso governo”.³

Mesmo hoje não se sabe com certeza se Kennedy já conhecia os preparativos secretos da CIA para invadir a ilha.⁴ É certo, porém, que a declaração e as conseqüências que ela gerou no debate da TV foram eleitoralmente eficazes num pleito decidido por apenas cem mil votos. Diante das câmeras, Nixon apareceria como o vice-presidente de um governo fraco e envelhecido, inerte diante do desafio de Castro, enquanto Kennedy confirmava sua imagem de candidato decidido a “pôr a América em movimento”, removendo do poder, no caminho, os impertinentes guerrilheiros do Caribe. Foi um momento difícil para o anticomunista Nixon, obviamente impedido de revelar a operação clandestina que Eisenhower já desencadeara. Sua indignação cresceu quando Kennedy, vitorioso e já então plenamente informado dos preparativos para invadir Cuba, manteve Allen Dulles na direção da CIA.

A 20 de janeiro de 1961, o novo presidente tomou posse com uma agenda típica da Guerra Fria, decidido a enfrentar os soviéticos não apenas no campo nuclear, como nos campos de batalha do Terceiro Mundo. Nos primeiros meses da nova década, o Congo se tornara o primeiro território africano onde se distinguiam com clareza os dois pólos do conflito entre Estados Unidos e União Soviética.⁵ Na Ásia, como lembrou em outra conferência o próprio Rostow, 1958 foi o ano decisivo, com o anúncio por Hanói do início da guerra de guerrilhas no Vietnã do Sul e a retomada das atividades do Pathet Lao.

3. Citado em Tom Wicker, *One of Us. Richard Nixon and the American dream*. New York, Random House, 1991, p. 232.

4. Ver Thomas G. Paterson, “Fixation with Cuba: The Bay of Pigs, Missile Crisis, and Covert War Against Castro”, in Paterson (ed.), *Kennedy's Quest for Victory — American Foreign Policy, 1961-1963*, New York, Oxford University Press, 1989, p. 126 e Wicker, *op. cit.*, p. 232.

5. André Fontaine, *Histoire de la guerre froide. De la guerre de Corée à la crise des alliances*. Paris, Fayard. 1983 (1967), p. 409 e segs.

A revolução em Cuba surgiu nesse contexto já tenso e Kennedy esforçou-se por deixar claro que a virada americana começaria no quintal caribenho, reserva territorial definida pela Doutrina Monroe. Derrotar a revolução passou a ser o ponto de honra de sua ambiciosa agenda para a América Latina. Segundo um analista, “Kennedy chegou à Casa Branca convencido de que a grande batalha de seu governo seria o destino do Terceiro Mundo e que tal destino seria decidido pelas atribulações da guerra de guerrilhas”.⁶

No plano das relações interamericanas, a segunda consequência direta da reação americana a Fidel Castro foi a “Aliança para o Progresso”. Na Conferência da OEA em Punta del Este, em 1961, o próprio Guevara — no debate que travou com Douglas Dillon, chefe da delegação norte-americana — encarregou-se de salientar, com ironia, que os países latinos deveriam agradecer a Cuba pelos novos projetos de Kennedy.⁷ Um exame atento da história da Guerra Fria na segunda metade dos anos cinquenta revela ainda mais correlações. Com efeito, depois da derrota na Indochina, a teoria francesa conhecida como *guerre révolutionnaire*, a precursora da doutrina americana da *contra-insurreição* tão presente no governo de JFK, já apontava que — na luta contra a subversão comunista — os esforços puramente militares deveriam ser acompanhados pela ação cívica. Na síntese da doutrina francesa feita por John Shy e Thomas Collier, este último veterano do Vietnã, ressalta-se justamente a proposta de “um programa paralelo de ação cívica e econômica (que) deve enfrentar com vigor problemas como educação, saúde pública e pobreza, os quais criavam as condições de maturação para a colheita comunista”.⁸

De resto, a invasão de Cuba e o anúncio de um amplo programa de ajuda econômica à América Latina vincularam-se não apenas teórica como cronologicamente. No inverno de 1961, quase no mesmo dia em que anunciava com grandes festejos públicos a “Aliança”, na presença do corpo diplomático latino-americano sediado em Washington, Kennedy efetuaria em segredo a reunião do Conselho de Segurança Nacional que deu sinal verde ao plano de invasão elaborado por Eisenhower. Estimulado pelo sucesso da ação golpista da CIA na Guatemala, em 1954, Allen Dulles

6. Richard Barnett, *The Roots of War*. New York, Atheneum. 1972, p. 79.

7. Arthur M. Schlesinger Jr., *Mil dias. John Fitzgerald Kennedy na Casa Branca*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1966, p. 765.

8. Ver “Revolutionary War”. In: Peter Paret (org.), *Makers of Modern Strategy. From Machiavelli to the Nuclear Age*, Princeton, Princeton University Press, 1986, p. 853.

assegurou ao presidente que, mesmo sem a participação visível dos Estados Unidos (impossível de conciliar com a retórica da Aliança), o desembarque seria um sucesso. Após a primeira reunião, aceleraram-se modificações no plano e escolheu-se como local da ação a Baía dos Porcos.⁹ A história da invasão da ilha em abril é conhecida. Em apenas quatro dias a resposta cubana resultou na prisão de 1189 e na morte de 114 contra-revolucionários. Nas palavras do historiador James Patterson, consumava-se ali “uma das mais desastrosas aventuras militares da história moderna americana”.¹⁰ Só então Kennedy afastou Dulles da direção da CIA.

O fracasso de abril e as dificuldades para digeri-lo forneceram um poderoso estímulo complementar para a consolidação do entusiasmo presidencial com o emprego das forças especiais de contra-insurreição no Terceiro Mundo. No rastro da *guerre révolutionnaire*, a contra-insurreição propunha o treinamento de forças militares exclusivamente para o combate à guerrilha. Kennedy, mais uma vez, foi um entusiasta. Sobre sua mesa da Casa Branca, via-se o símbolo das forças especiais americanas: uma boina verde.¹¹ No seu curto período de governo, o presidente interessou-se pessoalmente pelas atividades no Forte Bragg e, depois do assassinato em novembro de 1963, a escola aí sediada foi batizada “John F. Kennedy”. Nos altos raciocínios estratégicos da época, a capacidade contra-insurrecional integrava a visão da “resposta flexível”, que — ao defender o desenvolvimento simultâneo de armas nucleares estratégicas e táticas, ao lado de recursos eficientes na guerra convencional — substituiu a dissuasão puramente nuclear do período Eisenhower.¹²

Na América Latina, as novas perspectivas significaram basicamente o apoio sem contradições ao papel dos militares na luta contra a subversão interna. Já antes da invasão frustrada, um documento do Departamento de Estado intitulado “Um novo conceito para o desenvolvimento e defesa do hemisfério” sugeria substituir a idéia da *defesa coletiva* contra um inimigo externo pelo conceito de *manutenção da ordem interna* no continente.¹³ Foi esse o contexto em que, nos primeiros meses do governo Kennedy, Walt

9. Thomas Paterson, “Fixation with Cuba...”, *op. cit.*, p. 132 e segs.

10. James Patterson, *Grand Expectations, the United States, 1945-1974*. New York, Oxford University Press. 1996, p. 492.

11. *Idem, ibidem*, p. 490.

12. Martin Walker, *The Cold War. A History*. Henry Holt and Company. 1993, p.164 e segs.

13. John Child, *Unequal Alliance. The Inter-American Military System, 1938-1978*. Boulder, Colorado, Westview. 1980, p. 147 e segs.

Rostow falou no encerramento de um dos cursos de Forte Bragg. Disse ali que o comunismo constituía “uma doença da passagem para a modernização”. Aos Estados Unidos caberiam “conter a guerra de guerrilhas, se possível e enfrentá-la, se necessário”. Em sua visão, a interferência comunista indireta devia ser equiparada à agressão externa convencional. Num golpe de oratória, Rostow recomendaria mesmo à sua audiência que lesse com atenção os trabalhos de Guevara e Mao Tsé-tung.¹⁴

Da palavra à ação, foi um só passo. Como mostra o historiador John Child em *Unequal Alliance*, o sistema militar interamericano modificou-se depois da revolução em Cuba. A participação da região no total da ajuda militar dos Estados Unidos ultrapassou o patamar em que se mantivera até então e saltou de 1% para 6% em poucos anos.¹⁵ Cresceu o número de pessoal militar americano na América Latina e de oficiais latinos que completaram cursos de treinamento em centros militares dos Estados Unidos. A antiga Escola do Caribe passou a se chamar Escola das Américas; um ano depois, criou-se a Academia de Polícia Interamericana. Na Carolina do Norte, o Forte Bragg tornou-se a sede dos cursos antiguerrilha, cujos currículos, até hoje pouco conhecidos, incluíam as mais implacáveis técnicas de ação anti-subversiva. Por fim, os Estados Unidos criaram na Zona do Canal, no Panamá, o Southcom (Comando do Sul), para efetivar com mais sucesso as ações da hegemonia militar.¹⁶

Em outubro de 1963, um documento do Departamento de Estado admitia explicitamente que era impossível subordinar a política americana a um princípio genérico de oposição às ditaduras. Um americano tranqüilo, o sub-secretário de Estado Edwin Martin, confessaria que os militares eram a mais confiável força política pró-americana e anticomunista nos países do Sul.¹⁷

Todas essas modificações se consolidaram após a morte de Kennedy e sua substituição por Lyndon Johnson. Num relatório anual do Exército

14. “Guerrilla Warfare in the Underdeveloped Areas”, Ransom (ed.), *op. cit.* p. 507-513.

15. Cf. US Department of Defense. “Annual Report of the Secretary of Defense, July 1 1958 to June 30 1959” (p. 80) e *Idem, ibidem*, July 1963 to June 1964 (p. 57), Washington, D.C., US Government Printing Office, 1960 e 1965, p. 86.

16. Stephen Rabe, “Controlling Revolutions: Latin America, the Alliance for Progress, and Cold War Anti-Communism”. In: Thomas Paterson, *op. cit.*, p.118; Langley, “Military Commitments in Latin America: 1960-1968”. *Current History*, 56 (334), p. 346-384, June 1969, p. 351 e John Child, *op.cit.*, p. 154-167.

17. Harold Hovey, *United States Military Assistance: a Study of Policies and Practices*. London, Pall Mall Press, 1966, p. 67-69.

datado de 1965, afirmava-se com todas as letras que “as Forças Especiais para a América Latina organizaram e forneceram equipes móveis de treinamento em guerra especial para dezessete países latino-americanos”, compreendendo “instrução tática de contra-insurreição para as forças armadas dos países anfitriões e treinamento em operações psicológicas, ação cívica, inteligência de combate, comunicações, manutenção de veículos sobre rodas, treinamento tático de pequenas unidades e preparação de programas de instrução em contra-insurreição”.¹⁸

Com efeito, Lyndon Johnson foi mais longe que JFK. Para a coordenação da “Aliança para o Progresso” nomeou o duro Thomas Mann, que acumulou esse cargo com o de assistente especial do presidente e sub-secretário para assuntos interamericanos.¹⁹ Em abril de 1965, Johnson mandou 22 mil soldados americanos à República Dominicana, pouco antes do incidente no golfo de Tonkin marcar a efetiva inauguração da Guerra americana no Vietnã. Por um ardil da História, seria a Indochina, motivo das teorizações francesas sobre a guerra anti-subversiva, o tórumulo dos esforços americanos de guerra especial e contra-insurreição.

Na própria América Latina, a guerrilha não encontrou sucesso nem antes nem depois da morte de Guevara, com exceção da Nicarágua, já no final dos anos setenta.²⁰ Em abril de 1969, um documento elaborado pela Rand Corporation — o instituto californiano especializado em fornecer propostas armamentistas para o Pentágono — dizia que “mesmo os mais fracos *establishments* latino-americanos tinham demonstrado capacidade para resistir às tentativas cubanas de espalhar a revolução fidelista pelo hemisfério”. Verdade parcial e típica de uma fonte interessada.²¹

Não vale a pena negar o *know how* nativo na luta anticomunista. No entanto, sem os helicópteros e jatos, as metralhadoras e equipamentos, o treinamento *in loco* ou nas escolas americanas (só a Bolívia enviara aos

18. Annual Report of the Secretary of the Army, July 1, 1964 to June 30, 1965, in U.S. Department of Defense, “Annual Report... 1965”, *op. cit.*, p. 131.

19. Walter LaFeber, *Inevitable Revolutions. The United States in Central America*, New York, W. W. Norton, 1983, p. 156 e segs..

20. Para visões oficiais norte-americanas a esse respeito, ver Survey of The Alliance for Progress, “Insurgency in Latin America”, Washington, U.S. Government Printing Office, January 15, 1968 e Raymond Estep, “Guerrilla Warfare in Latin America, 1963-1975”, Maxwell Airforce Base, Air University Institute for Professional Development, 1975.

21. Ver Luigi Einaudi, Richard Maullin and Alfred Stepan, *Latin American Security Issues*, Santa Monica, Rand Corporation, P-4109, p. 3.

Estados Unidos mil oficiais até 1967), o apoio logístico e de inteligência, os esforços ideológicos e de propaganda, o envolvimento direto, enfim, do Pentágono e da CIA, os aparelhos militares da região teriam — para dizer o mínimo — mais dificuldade para esmagar a ameaça da guerrilha. Não por acaso, os anos sessenta marcaram o apogeu da ajuda militar americana. Nunca mais a aliança hemisférica assumiu tanta importância como no período de maior repercussão do exemplo de Cuba.

FILHO, João Roberto Martins. Os Estados Unidos e a guerrilha. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.5, 1997, p.144-150.

Palavras-chave: Estados Unidos; Guerrilha; Revolução Cubana.